

RESOLUÇÃO nº 003.2024

Altera e consolida o Regulamento de Compras da AMVALI, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO ITAPOCU -AMVALI, a no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, com fundamento no artigo 30 e alterações; e considerando:

- a) a promulgação da Lei Estadual nº 18.254, de 11 de novembro de 2021, dispondo sobre as associações de municípios no Estado de Santa Catarina previstas no art. 114, § 3º da Constituição Estadual;
- b) a natureza de associação da AMVALI, pessoa jurídica de direito privado regida de acordo com os artigos 53 e seguintes da Lei n. 10.406/2002, e a consequente não aplicação, a ela, do dever de licitar próprio às pessoas jurídicas de direito público, mas zelando, por outro lado, por um rígido controle na aplicação das contribuições que recebe em seus objetos sociais, diante da natureza pública de seus associados;
- c) a experiência bem-sucedida com a instituição do “Regulamento de Compras da AMVALI”, nos termos da Resolução 005/2023; e
- d) a necessidade de realizar modificações pontuais no Regulamento instituído, a partir da experiência de sua aplicação ao longo dos anos, bem como a necessidade de sua adequação ao disposto no artigo 6º da Lei Federal nº 14.341, de 18 de maio de 2022,
- f) a deliberação da Diretoria Executiva da AMVALI, referendada pela Assembleia Geral realizada nesta data.

RESOLVE:

Art. 1º Realizar alterações no art 15 do Regulamento de Compras da AMVALI, instituído pela Resolução 005/2023, cujo inteiro teor fica consolidado nos termos do Anexo I desta Resolução, que regerá os negócios jurídicos de aquisição e alienação de bens e de contratação de serviços indispensáveis para o andamento de suas atividades.

Art. 2º Fica alterado o art. 15 do Regulamento de Compras da Amvali, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15. A AMVALI poderá se utilizar de quaisquer espécies contratuais previstas em lei ou que não sejam por ela defesas, a exemplo de contratos de prestação de serviços, de empreitada, de locação, de compra e venda, entre outros.

§ 1º. O contrato celebrado deverá conter as seguintes cláusulas, sem prejuízo de outras disposições pertinentes ao objeto, conforme o caso:

I - Identificação dos sujeitos contratantes;

II - Identificação do objeto do contrato, incluindo, além da obrigação principal, as obrigações acessórias, quando houver;

III - As condições de extinção do contrato pelo cumprimento, por resilição e resolução, de exceção pelo descumprimento;

IV - O modo de pagamento, o qual será, preferencialmente, efetuado por depósito em conta corrente, após a apresentação, pelo contratado, da nota fiscal preenchida com a

informação sobre a natureza do objeto contratado e, se necessário, de relatório de prestação dos serviços;

V - A possibilidade de rescisão pela vontade da AMVALI ou de ambas as partes;

VI - A possibilidade de resolução em razão do inadimplemento da obrigação pelo contratante ou da condição de onerosidade excessiva em face de uma das partes;

VII - A possibilidade de suspensão da obrigação em razão da não implementação da prestação imposta ao outro contratante;

VIII - O prazo do contrato, o qual deverá ser determinado e não poderá ser superior a cinco anos;

IX - O critério de atualização financeira do preço contratado, com a definição, preferencial, de índice de correção monetária oficial;

X - A aplicação de cláusula penal e juros moratórios àqueles que inadimplirem suas obrigações; e

XI - Exigência de acautelamentos para o adimplemento do contrato, tais como caução em dinheiro, fiança bancária ou seguro-garantia, quando o caso concreto recomendar.

§ 2º. Nas contratações decorrentes de procedimentos de seleção restrita e naqueles de execução imediata do objeto, é facultada a substituição do termo de contrato por instrumento equivalente, a exemplo da autorização de fornecimento ou de execução do serviço, nos termos da proposta do interessado da qual se encontra vinculado.

§ 3º Excepcionalmente, nos casos em que a natureza do objeto contratado não permitir a fixação de tempo para o seu cumprimento, permite-se a contratação por prazo indeterminado.

§4º Permite-se a manutenção de contratações realizadas por prazo indeterminado, sempre que a renovação ou abertura de novo processo de compra for mais oneroso à administração da Associação ou aos seus colaboradores.

Art. 4º O Regulamento de Compras da AMVALI, com sua nova redação, será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC e divulgado permanentemente no Portal da AMVALI na rede mundial de computadores (www.amvali.org.br), assim como divulgados os negócios jurídicos praticados pela associação, nos termos do Regulamento.

Art. 5º A presente Resolução surtirá efeitos jurídicos e legais a partir de sua publicação no DOM/SC.

Jaraguá do Sul - SC, em 27 de setembro de 2024.

CLAUDIO FINTA
Presidente da Amvali

Anexo I

Consolidação do Regulamento de Compras da AMVALI

Capítulo I - Disposições gerais

Art. 1º A contratação de bens e serviços pela Associação de Municípios do Vale do Itapocu - AMVALI será realizada de acordo com o presente Regulamento, com base em procedimentos próprios que respeitem os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade e da eficiência.

§ 1º Para fins de atendimento aos princípios estabelecidos no caput desse artigo, deverão ser observados:

I - Formalização dos processos de contratação, exceto nas contratações verbais, em meio físico ou digital, numerados sequencialmente, contendo documentos instrutórios relativos às fases de preparação da contratação, de escolha do contrato e da respectiva execução;

II - Justificativas expressas acerca da necessidade das contratações;

III - Disponibilização de cópia dos processos de contratação a quaisquer interessados, mediante requerimento e após recolhimento de eventuais custos de reprodução, sem prejuízo da disponibilização da íntegra do processo de contratação no sítio eletrônico da associação.

IV - Seleção do contratado por meio de julgamento objetivo, nos termos dos requisitos estabelecidos no processo de contratação;

V - Dever de probidade, caracterizado pela correção da conduta de seus agentes e pela exigência do mesmo comportamento àqueles que contratam com a entidade;

VI - Divulgação de avisos de contratação no sítio oficial da entidade, bem como publicação dos extratos de contratos e suas alterações nos Diários Oficiais, sempre que necessário para cumprimento de disposição legal;

VII - Definição precisa, suficiente e clara do escopo contratual, priorizando-se a busca da proposta mais vantajosa, considerando custos e benefícios, diretos e indiretos, de natureza econômica, social ou ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância; e

VIII - Padronização do objeto da contratação relativamente às especificações técnicas e de desempenho e, quando for o caso, às condições de manutenção, assistência técnica e de garantia oferecidas.

§ 2º Aplica-se supletivamente ao disposto neste Regulamento os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Art. 2º Para os fins deste regulamento considera-se:

I - Obra e serviço de engenharia: toda construção, reforma, recuperação, ampliação e demais atividades que envolvam as atribuições privativas dos profissionais das áreas de engenharia, arquitetura ou urbanismo;

II - Demais serviços: aqueles não compreendidos no inciso I deste artigo;

III - Compra: toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente;

IV - Alienação: transferência onerosa de bens ou demais ativos de propriedade da entidade a outra pessoa física ou jurídica;

V - Doação: transferência gratuita de bens ou demais ativos de propriedade da entidade a outra pessoa física ou jurídica;

VI - Seleção ampla: procedimento de contratação mediante publicação de edital de seleção no Diário Oficial do Município, observado o rito procedimental expresso no artigo 6º deste Regulamento;

VII - Seleção restrita: procedimento de contratação mediante seleção direta e impessoal dos interessados, observado o rito procedimental expresso no artigo 10º deste Regulamento;

VIII - Contratação verbal: contratação realizada mediante acordo verbal, nas condições expressas no artigo 11 deste Regulamento;

IX - Homologação: o ato pelo qual o responsável previsto no artigo 12 da presente Resolução, após verificação da regularidade do procedimento de contratação, ratifica o resultado da seleção e encaminha o processo para a celebração do contrato.

Capítulo II - Participação de interessados

Art. 3º. Não poderão participar das contratações para aquisição de bens ou serviços pela AMVALI:

I - as pessoas físicas que detenham vínculo trabalhista com a AMVALI, bem como de seus cônjuges ou parentes até o terceiro grau;

II - as pessoas físicas que exerçam ou tenha exercido nos últimos 6 (seis) meses o cargo de chefe do Poder Executivo, de Secretário Municipal ou de membro do Poder Legislativo, bem como de seus cônjuges ou parentes até o terceiro grau, cuja comprovação se dará mediante declaração firmada pelo participante;

III - as pessoas jurídicas de que sejam sócias as pessoas físicas referidas nos incisos I e II do caput deste artigo.

Capítulo III - Seleção do contratado

Art. 4º Ressalvadas as hipóteses previstas no artigo 5º deste Regulamento, as aquisições ou alienação de bens e as contratações de obras e serviços, inclusive os de engenharia, dar-se-ão mediante procedimento de seleção ampla, regido por de edital de seleção, em que a disputa pelo contrato é feita por meio de propostas escritas e sigilosas, abertas em sessão pública, podendo ser adotado o modo de disputa aberto mediante lances verbais e sucessivos entre os interessados, ou o modo de disputa fechado, sendo declarada vencedora a proposta mais vantajosa segundo os critérios do edital.

§ 1º Nas contratações de baixo valor poderá ser adotado procedimentos previstos nos termos do artigo 10º deste regulamento.

§ 2º Considera-se de baixo valor as contratações cuja estimativa do preço do contrato, dentro de um mesmo exercício fiscal, não ultrapasse o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

§ 3º Os procedimentos externos de ampla seleção e de seleção restrita poderão ser executados presencialmente ou de maneira virtual, desde que assegurada a autenticidade dos documentos e atos realizados virtualmente.

Art. 5º Ficam dispensadas de processo de ampla seleção e de seleção restrita as seguintes contratações, as quais deverão ser instruídas com as justificativas da dispensa do processo de seleção e do preço ajustado, admitida a convalidação posterior da contratação levada a efeito verbalmente:

I - nos casos de emergência, quando caracterizada a necessidade de atendimento a situação que possa ocasionar prejuízo ao funcionamento da AMVALI ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens;

II - quando não acudirem interessados à seleção anterior, mantidas, neste caso, as condições preestabelecidas;

III - na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da seleção anterior;

IV - na contratação de entidade incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, científico ou tecnológico, desde que sem fins lucrativos;

V - na contratação com as demais associações representativas de municípios;

VI - na aquisição de componente ou peças necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto a fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição for indispensável para a vigência da garantia;

VII - na contratação de profissional ou empresa que detenha direitos sobre produtos e sistemas de informática, para a manutenção desses produtos e sistemas e para o desenvolvimento de novos produtos e soluções que utilizem a estrutura daqueles anteriormente adquiridos;

VIII - na contratação de pessoas físicas ou jurídicas para ministrar cursos ou prestar serviços de capacitação vinculados às atividades estatutárias da AMVALI; e

IX - na contratação de serviços públicos prestados pelo Poder Público ou por terceiros em regime de delegação ou concessão, tais como contratos de fornecimento de água e energia elétrica, serviços de transporte público, serviços de telefonia, fixa ou móvel, de internet ou de outros serviços de acesso condicionado regulados pelo poder público e com preços fixados por suas normas.

X - Nas contratações em que restar demonstrada a inviabilidade de disputa, tais como:

a) aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

b) contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo;

c) contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, assim entendido aqueles cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com sua atividade, permita inferir que o seu trabalho é o mais adequado à plena satisfação do objeto a ser contratado:

d) aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha;

e) Permuta ou dação em pagamento de bens, observada a avaliação atualizada;

f) Doação de bens;

g) Contratação de patrocínios, inscrição em feiras, exposições, congressos, seminários e eventos em geral;

h) Convênios ou Termos de Cooperação vinculados às atividades estatutárias da AMVALI.

§ 1º Nas contratações realizadas nos termos do inciso X do caput deste artigo, o processo da contratação deverá ser instruído ainda com justificativas da inviabilidade da disputa, as razões da necessidade da contratação e os elementos determinantes da escolha do contratado.

§ 2º Presume-se justificado o preço contratado quando realizada a contratação menos onerosa dentre as propostas obtidas a partir de, no mínimo, três ofertas públicas anunciadas em meios físicos, como catálogos, panfletos, e em meios eletrônicos, inclusive a partir da verificação de ofertas na rede mundial de computadores, devendo-se, nesse caso, realizar a captura da tela para documentar a oferta.

Art. 6º O procedimento de seleção ampla será iniciado com a requisição formal da contratação pelo setor competente, na qual serão definidos o escopo do contrato, sua justificativa, a estimativa de seu valor e os recursos para atender à despesa, com consequente autorização até o ato final de homologação, e ao qual serão juntados:

I - Edital de seleção ampla;

II - Minuta do contrato;

III - Comprovantes de publicação do edital no Diário Oficial do Município por prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de propostas;

IV - Ato de designação da Comissão que fará a seleção;

V - Documentos pessoais e propostas apresentadas pelos concorrentes em sessão pública;

VI - Atas da Comissão;

VII - Parecer jurídico quanto a legalidade do procedimento;

VIII - Demais documentos relativos ao processo.

IV - Ato de homologação;

Art. 7º O julgamento das propostas observará os critérios objetivos estabelecidos no edital de seleção, devendo ser lavrada ata circunstanciada contendo o resultado do julgamento e a ordem de classificação dos

participantes do processo de seleção.

Art. 8º Identificada a proposta mais vantajosa, far-se-á aferição das condições de habilitação fixadas no edital, compreendendo a habilitação jurídica, regularidade fiscal e capacidade técnica.

§ 1º A habilitação jurídica compreende a verificação das condições formais do interessado para o exercício de atividade econômica compatível com o objeto da contratação.

§ 2º A regularidade fiscal será aferida mediante a comprovação da inscrição do interessado nos cadastros junto aos órgãos fazendários pertinentes ao objeto do contrato e prova de regularidade perante a Seguridade Social e as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Distrital e Municipal, quando for o caso.

§ 3º A capacidade técnica compreende a avaliação da aptidão do interessado para executar o futuro contrato, mediante:

- a) registro ou inscrição na entidade profissional competente;
- b) atestação da experiência anterior, operacional ou profissional, de objeto compatível com aquele que se deseja contratar;
- c) comprovação de disponibilidade de bens, equipamentos ou profissionais adequados para a execução do futuro contrato; e
- d) prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

Art. 9º É garantido aos interessados a apresentação de impugnação ao processo de seleção ampla ou restrita, que deverá ser instruído com toda documentação apta a compreensão da divergência, direcionado ao endereço eletrônico constante do Edital de Contratação, a ser apresentado para a comissão designada para análise da contratação no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da lavratura da ata pela comissão;

§ 1º Ao vencedor impugnado será garantido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa à impugnação, contados da intimação realizada pela comissão, que deverá ser realizada no dia seguinte ao recebimento da impugnação.

§ 2º Findo o prazo para apresentação da defesa à impugnação, a Associação publicará a sua decisão de maneira fundamentada, onde deverá manifestar-se acerca da continuidade ou da anulação do ato de contratação.

Art. 10º O procedimento de seleção restrita, em razão dos princípios da eficiência, razoabilidade, proporcionalidade e economicidade, constitui procedimento simplificado de seleção da contratação mais vantajosa e será instruído com os seguintes elementos:

- I - Requisição formal da contratação pelo setor competente, na qual serão definidos o escopo da contratação, sua justificativa, dispondo sobre a necessidade e a conveniência da contratação, a estimativa de seu valor e os recursos para atender à despesa;
- II - Autorização do responsável pela contratação;
- III - Comprovantes de solicitação de propostas a, preferencialmente, três ou mais interessados;

IV - Propostas de preços obtidas dos interessados consultados, admitida a obtenção de propostas mediante ofertas públicas anunciadas em meios físicos, como catálogos, panfletos, e em meios eletrônicos, inclusive a partir da verificação de ofertas na rede mundial de computadores, devendo-se, nesse caso, realizar a captura da tela para documentar a oferta;

V - Documentos de habilitação do interessado selecionado, devendo o vencedor no ato da homologação apresentar a certidão negativa de débitos municipais, estaduais e federais, trabalhistas e regularidade ao FGTS;

Art. 11. A contratação verbal é admitida nos casos de urgência ou de pronto pagamento, desde que mostrar-se necessária ou razoável.

§ 1º Consideram-se urgentes as contratações decorrentes de situações emergenciais cujo prazo para execução do contrato não possa aguardar a realização procedimento de seleção restrita;

§ 2º São despesas de pronto pagamento, realizadas por meio de contratações verbais, no regime de adiantamento de numerário, aquelas de caráter extraordinário que não permitem delongas na sua formalização, as despesas efetuadas em lugar distante da sede da AMVALI ou aquelas cujo valor da contratação seja irrisório, resultando em ônus desproporcional a realização de seleção restrita frente ao valor da contratação.

§ 3º Consideram-se de valor irrisório, para fins do disposto no parágrafo anterior, as despesas decorrentes de contratação de bens e serviços de até R\$ 3.000,00 (três mil reais), obedecido o limite de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para o mesmo fornecedor de produtor ou serviços no mesmo ano fiscal.

Art. 12. A conclusão do processo de seleção, ampla ou restrita, dar-se-á mediante ato de homologação do responsável designado pela AMVALI, facultando-se a submissão do processo à prévia análise jurídica e de adequação aos termos deste Regulamento, a ser lavrada após término do prazo previsto no art. 9º.

§ 1º - Considera-se responsável, para fins de aplicação da presente Resolução:

I - Para os processos de contratação por meio de ampla seleção e para as contratações por inexigibilidade de seleção, ante a inviabilidade de disputa, o Presidente da AMVALI;

II - Para os processos de contratação por meio de seleção restrita ou por dispensa, excluídos os casos do inciso anterior, o Diretor Executivo da AMVALI.

§ 2º Ressalvada a competência do Presidente da Associação, o responsável para a homologação do processo incumbe a competência para assinar o contrato dela decorrente.

§ 3º É facultada a delegação da competência expressa no presente regulamento, mediante ato formal do responsável delegante, que deverá instruir o processo de contratação.

Art. 13. Em qualquer fase do processo de seleção os participantes poderão requerer esclarecimentos, reconsideração das decisões exaradas sem efeito suspensivo.

§ 1º Após a declaração da proposta vencedora, a Associação não apreciará novas propostas.

Art. 14. A AMVALI poderá, a qualquer momento, por ato do seu responsável, sob sua avaliação de conveniência, cancelar a seleção antes de assinado o contrato, sem que disso decorram quaisquer direitos aos interessados.

Capítulo IV - Contratação

Art. 15. A AMVALI poderá se utilizar de quaisquer espécies contratuais previstas em lei ou que não sejam por ela defesas, a exemplo de contratos de prestação de serviços, de empreitada, de locação, de compra e venda, entre outros.

§ 1º. O contrato celebrado deverá conter as seguintes cláusulas, sem prejuízo de outras disposições pertinentes ao objeto, conforme o caso:

I - Identificação dos sujeitos contratantes;

II - Identificação do objeto do contrato, incluindo, além da obrigação principal, as obrigações acessórias, quando houver;

III - As condições de extinção do contrato pelo cumprimento, por resilição e resolução, de exceção pelo descumprimento;

IV - O modo de pagamento, o qual será, preferencialmente, efetuado por depósito em conta corrente, após a apresentação, pelo contratado, da nota fiscal preenchida com a informação sobre a natureza do objeto contratado e, se necessário, de relatório de prestação dos serviços;

V - A possibilidade de resilição pela vontade da AMVALI ou de ambas as partes;

VI - A possibilidade de resolução em razão do inadimplemento da obrigação pelo contratante ou da condição de onerosidade excessiva em face de uma das partes;

VII - A possibilidade de suspensão da obrigação em razão da não implementação da prestação imposta ao outro contratante;

VIII - O prazo do contrato, o qual deverá ser determinado e não poderá ser superior a cinco anos;

IX - O critério de atualização financeira do preço contratado, com a definição, preferencial, de índice de correção monetária oficial;

X - A aplicação de cláusula penal e juros moratórios àqueles que inadimplirem suas obrigações; e

XI - Exigência de acautelamentos para o adimplemento do contrato, tais como caução em dinheiro, fiança bancária ou seguro-garantia, quando o caso concreto recomendar.

§ 2º. Nas contratações decorrentes de procedimentos de seleção restrita e naqueles de execução imediata do objeto, é facultada a substituição do termo de contrato por instrumento equivalente, a exemplo da autorização de fornecimento ou de execução do serviço, nos termos da proposta do interessado da qual se encontra vinculado.

§ 3º Excepcionalmente, nos casos em que a natureza do objeto contratado não permitir a fixação de tempo

para o seu cumprimento, permite-se a contratação por prazo indeterminado.

§4º Permite-se a manutenção de contratações realizadas por prazo indeterminado, sempre que a renovação ou abertura de novo processo de compra for mais oneroso à administração da Associação ou aos seus colaboradores.

Art. 16. A AMVALI publicará no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC) o extrato do contrato celebrado, contendo as informações gerais sobre o objeto contratado, o preço a ser pago, o prazo de vigência e a identificação do contratado.

§ 1º Nas contratações cujos termos tenham sido substituídos conforme autorizado no § 3º do artigo 15 serão publicados mediante relação de contratações do mês, devendo constar, no mínimo, o nome do contratado, inscrição no CNPJ ou CPF, descrição resumida do objeto e valor global da contratação.

§ 2º Ao final de cada exercício, será publicada listagem contendo todas as contratações realizadas de maneira verbal, devendo constar, no mínimo, o nome do contratado, inscrição no CNPJ ou CPF, descrição resumida do objeto e valor global da contratação.

Art. 17. Sempre que necessário ao fiel andamento do contrato, a AMVALI designará o gestor específico, a que compete acompanhar a execução do contrato, aferir a conclusão do objeto contratual, certificando o seu recebimento, bem como reportar ao responsável pela contratação os casos de execução parcial, irregular ou inexecução contratual, cujo lançamento deverá ser apostado no Edital de Abertura.

§ 1º Na falta de designação expressa do gestor do contrato, a atribuição recairá sobre aquele que firmar a requisição de contratação.

§ 2º Serão admitidas alterações contratuais acordadas entre as partes sempre que ocorrerem fatos supervenientes capazes de justificar a alteração do contrato.

Capítulo V – Disposições finais

Art. 18. A AMVALI, por seus gestores, deverá zelar para que as pessoas físicas e jurídicas que com ela contratarem guardem, antes, durante e após a execução do contrato, os princípios da boa-fé objetiva e da equidade, bem como garantir que os contratos da entidade estejam sempre funcionalizados em torno de seus objetivos sociais.

Art. 19. O presente Regulamento contempla uma norma geral inclusiva de permissão para a prática de atos que o ordenamento jurídico, nele inserido o presente Regulamento, não proíbe, quer expressamente, quer interpretado em sua axiologia e teleologia e observadas a sua unidade e coerência, de modo que a AMVALI dispõe de margem de liberdade para regulamentar, de acordo com necessidades por ele verificadas, casos para os quais não esteja prevista uma solução específica.

Art. 20. As contratações da AMVALI deverão observar o planejamento definido e aprovado para cada exercício financeiro, resguardado o equilíbrio financeiro.



Art. 21. As novas relações contratuais da AMVALI, na medida de suas instrumentalizações e renovações, deverão obedecer às normas deste Regulamento, não se aplicando para os contratos atualmente vigentes com prazo determinado, excetuadas as hipóteses do § 2º do artigo 15.

Art. 22. Os contratos atualmente vigentes com prazo indeterminado deverão ser denunciados ou renovados, de acordo com as regras do presente Regulamento, passando, a partir da renovação, a vigor por prazo determinado.

§ 1º Fica dispensada a denúncia dos contatos vigentes por mais de cinco anos, sempre que atendidas as hipóteses previstas no art. 15 da presente resolução.

Art. 23. As faltas relacionadas à desobediência aos princípios e regras serão levadas a conhecimento da Diretoria da AMVALI, que apurará as respectivas responsabilidades.

Art. 24. O Presidente da AMVALI atualizará, a cada 1º de janeiro, pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por índice que venha a substituí-lo, os valores estabelecidos no presente Regulamento, os quais serão publicados no Diário Oficial dos Municípios.

Art. 25. Aplicam-se as regras do presente Regulamento para os contratos celebrados pela AMVALI a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.